

Adison César Sousa dos Santos

Universidade Federal do
Pará - UFPA
E-mail: adisoncf@gmail.com

**Célia Regina Trindade
Chagas Amorim**

Universidade Federal do
Pará - UFPA
E-mail: celiamorim@ufpa.br

Jéssica de Souza Carneiro

Universidade Federal do
Pará - UFPA
E-mail:
jessica.souza.jor@gmail.com

**Vânia Maria Torres da
Costa**

Universidade Federal do
Pará - UFPA
E-mail: vaniatorres@ufpa.br

**Walter Teixeira Lima
Júnior**

Universidade Federal do
Pará - UFPA
E-mail: walter.lima@unifesp.br



Este trabalho está licenciado sob
uma licença [Creative Commons
Attribution 4.0 International
License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Copyright (©):

Aos autores pertence o direito
exclusivo de utilização ou
reprodução

ISSN: 2175-8689

A Mídia Guajajara contra a tese do Marco Temporal: produção e circulação de conteúdos descoloniais no Instagram:

*Mídia Guajajara against the Marco
Temporal thesis:
production and circulation of decolonial
content on Instagram*

*Mídia Guajajara contra la tesis de Marco
Temporal:
producción y circulación de contenidos
descoloniales en Instagram*

Carneiro, J. de, Sousa dos Santos, A. C., Trindade Chagas Amorim, C. R.,
Torres da Costa, V. M., & Teixeira Lima Júnior, W. A Mídia Guajajara contra
a tese do Marco Temporal: produção e circulação de conteúdos
descoloniais no Instagram. *Revista Eco-Pós*, 28(2), 576-599.
<https://doi.org/10.29146/eco-ps.v28i2.28334>

RESUMO

Este trabalho analisa as ações comunicativas do perfil @MidiaGuajajara, coletivo do povo Guajajara da Terra Indígena Rio Pindaré (MA), no Instagram, no contexto da mobilização contra a tese do Marco Temporal. Parte-se da hipótese de que o perfil articula práticas comunicativas descoloniais, com conteúdos que expressam luta e resistência frente à comunicação hegemônica. A análise foca em publicações com a hashtag #marcotemporalnão, utilizando etnografia digital e análise de discurso para redes sociais. Conclui-se que a Mídia Guajajara atuou de forma consistente na produção, curadoria e disseminação de conteúdos descoloniais sobre o Marco Temporal durante o período da pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: *Descolonialidade; Instagram; Mídia Indígena; Guajajara; Marco Temporal.*

ABSTRACT

This study analyzes the communicative actions of the @MidiaGuajajara profile, a collective of the Guajajara people from the Rio Pindaré Indigenous Land (MA), on Instagram, within the context of mobilization against the Marco Temporal thesis. The hypothesis is that the profile articulates decolonial communicative practices through content that expresses resistance and struggle against hegemonic communication. The analysis focuses on posts tagged with the hashtag #marcotemporalnão, using digital ethnography and discourse analysis for social media. The findings indicate that Mídia Guajajara consistently produced, curated, and disseminated decolonial content related to the Marco Temporal thesis throughout the research period.

KEYWORDS: *Decoloniality; Instagram; Indigenous Media; Guajajara; "Marco Temporal".*

RESUMEN

Este trabajo analiza las acciones comunicativas del perfil @MidiaGuajajara, colectivo del pueblo Guajajara de la Tierra Indígena Río Pindaré (MA), en Instagram, en el contexto de la movilización contra la tesis del Marco Temporal. Se parte de la hipótesis de que dicho perfil articula prácticas comunicativas de carácter descolonial, mediante contenidos que expresan lucha y resistencia frente a la comunicación hegemónica. El análisis se centra en publicaciones etiquetadas con el hashtag #marcotemporalnão, utilizando etnografía digital y análisis del discurso aplicado a redes sociales. Se concluye que Mídia Guajajara actuó de manera consistente en la producción, curaduría y difusión de contenidos descoloniales sobre la tesis del Marco Temporal durante el período investigado.

PALABRAS CLAVE: *Descolonialidad; Instagram; Medios Indígenas; Guajajara; Marco Temporal.*

Submetido em 26 de agosto de 2024.
Aceito em 28 de fevereiro de 2025.

Introdução

A tese do Marco Temporal é uma doutrina jurídica que ganhou notoriedade no Brasil a partir do julgamento da Petição 3.388, referente ao caso do Território Raposa Serra do Sol, em Roraima, em 2009. Embora tenha resultado na confirmação da demarcação das terras indígenas naquela região, o julgamento também estabeleceu um critério controverso: o reconhecimento de direitos territoriais apenas àqueles povos que estivessem em posse da terra na data da promulgação da Constituição Federal (CF), em 5 de outubro de 1988. Esse entendimento passou a ser utilizado para contestar outras demarcações, ameaçando a permanência de comunidades indígenas em seus territórios tradicionais e legitimando despejos forçados.

Segundo a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib)¹, essa tese representa uma grave ameaça aos direitos originários dos povos indígenas, pois ignora os processos históricos de expulsão, violência e deslocamento forçado que marcaram a ocupação colonial e pós-colonial no país. Diversos autores e organizações apontam que o Marco Temporal é instrumentalizado por interesses ligados ao agronegócio e à expansão territorial, configurando-se como uma política de apagamento e negação dos direitos indígenas, além de comprometer a preservação ambiental e a diversidade cultural brasileira.

O debate sobre o Marco Temporal ganhou destaque na imprensa e na opinião pública após a aprovação do Projeto de Lei nº 490, em 30 de maio de 2023, pela Câmara dos Deputados (CD). A votação ocorreu apenas uma semana antes do julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a constitucionalidade da tese, marcado para 7 de junho do mesmo ano. No dia previsto para o julgamento, o PL recebeu pedido de vistas, o que resultou em novo adiamento da decisão. Desde que a tese começou a ser discutida, em 2009, esse impasse tem se repetido, evidenciando a complexidade e a polarização em torno dos direitos territoriais dos povos indígenas.

Nesse intervalo de tempo, entre 30 de maio e 7 de junho de 2023, vimos surgir uma série de (re)ações comunicativas agenciadas em redes sociais digitais por movimentos sociais, mídia

¹ “A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB foi criada pelo movimento indígena no Acampamento Terra Livre de 2005. O ATL é a nossa mobilização nacional, realizada todo ano, a partir de 2004, para tornar visível a situação dos direitos indígenas e reivindicar do Estado Brasileiro o atendimento das suas demandas e reivindicações” (Apib, s.d, s.p). Mais informações acesse: <https://apiboficial.org/sobre/>.

alternativa e coletivos indígenas, a fim de chamar a atenção da sociedade civil sobre a inconstitucionalidade dessa proposta. As declarações e depoimentos compartilhados nas redes sociais, tanto pelo movimento indígena quanto por outros grupos e pessoas aliadas do movimento, e a criação da hashtag #marcotemporalnão no Instagram, marcaram a (contra)discursividade contemporânea, conforme detalharemos ao longo deste artigo.

Este trabalho, portanto, busca evidenciar essa contraposição à tese do Marco Temporal por meio de ações comunicativas agenciadas pela manifestação indígena no perfil @MídiaGuajajara, gerenciado pelo coletivo de comunicadores do povo Guajajara, da Terra Indígena Rio Pindaré, no estado do Maranhão. Para tal, selecionamos conteúdos divulgados na mídia citada, de 24 de maio a 7 de junho de 2023. O período corresponde o dia em que a Câmara dos Deputados aprovou a Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023, que reestrutura os ministérios do Poder Executivo (entre as mudanças, a MP retira a demarcação das terras indígenas da competência do Ministério dos Povos Indígenas) e o dia em que o STF retomou o julgamento que discute se as demarcações de terras indígenas deveriam ou não seguir as diretrizes do Marco Temporal.

A decisão de fazer a pesquisa a partir do recorte com destaque para a produção da Mídia Guajajara se deu após uma pesquisa exploratória na qual identificamos iniciativas de mídia indígena que atuam na Amazônia Brasileira. Ao longo dessa investigação inicial, foram encontrados diversos tipos de organizações de comunicação indígena, como associações indígenas regionais, grupos formados por indígenas sob o gerenciamento de Organizações Não Governamentais (ONGs), veículos de comunicação criados por indígenas jornalistas que atuam em centros urbanos e grupos de comunicadores que não são associados a Organizações Não Governamentais (ONGs) e cuja gestão é feita por indígenas que moram dentro de aldeias/territórios tradicionais.

Entre as iniciativas catalogadas nessa primeira etapa, definimos que o coletivo Mídia Guajajara, do povo Guajajara, situados no oeste do Maranhão; e Mídia Gavião, da etnia Gavião, aldeados no sudeste do estado do Pará, se enquadram no quesito de possuir ações de mídia exclusivamente geridas por comunicadores indígenas. Após os primeiros contatos e análise dos conteúdos produzidos por esses coletivos em seus perfis no Instagram, optamos pela escolha do

coletivo Mídia Guajajara, em razão da disponibilidade dos seus integrantes, que retornaram aos questionamentos e demonstraram maior abertura para a realização da pesquisa.

Como metodologia de investigação, o trabalho utiliza os conceitos da netnografia, proposto por Robert Kozinets (2014), que consiste na análise do comportamento dos indivíduos ou coletivos perante a ocupação de espaços virtuais. Com base em um levantamento quantitativo, a pesquisa tenta compreender as interações sociais do coletivo de comunicadores Mídia Guajajara a partir da campanha de contraposição à tese do Marco Temporal, por meio de entrevista estruturada, realizada em formato remoto com os coordenadores do Mídia Guajajara, somada à análise de discursos em redes sociais (Recuero, 2017; Recuero *et al.*, 2020) a partir de postagens no perfil do coletivo no Instagram, sob a perspectiva de referencial teórico que diz respeito ao conceito de descolonialidade (Mignolo, 2008; 2017; 2020; Quijano, 2005; 2007).

Com base em estudos de Walter Mignolo (2008; 2017; 2020) e Anibal Quijano (2005; 2007) sobre pensamento descolonial, o artigo busca compreender quais são os elementos descoloniais presentes nos conteúdos produzidos e reverberados contra o Marco Temporal pelo/no perfil @MídiaGuajajara e de que maneira em contraposição à colonialidade, no contexto contemporâneo. Busca ainda resposta em que medida esses conteúdos podem ser ou não classificados como instrumentos de enfrentamento ao discurso político-comunicativo dominante a respeito da demarcação de Terras Indígenas no Brasil.

1 Midiatização da resistência indígena no Instagram e atuação comunicativa do perfil @MídiaGuajajara

A demarcação de terras indígenas é um assunto que surge ao longo dos anos de colonização no Brasil e está baseada no modelo de saque e exploração empreendido pelos europeus. Historicamente, a colônia invade e desestabiliza os territórios originariamente aldeados ou, por necessidade de deslocamentos e readaptação, re-aldeados (Castro; Guerreiro Neto, 2021).

Entretanto, a *demarcação de telas* (Pnuma, 2021) por lideranças e representantes indígenas é um fenômeno relativamente recente, que se popularizou a partir da pandemia da Covid-19, quando, em 2020, foi realizado, pela primeira vez, o maior encontro de povos

indígenas do Brasil: o Acampamento Terra Livre (ATL), que ocorreu de forma online e transmitido via Youtube.

O termo *demarcação de telas* denomina a crescente representatividade indígena nos meios de comunicação e guarda relação com a demarcação de terras, quando povos indígenas tomam o protagonismo de demarcar seus próprios territórios, independentemente do que considera oficialmente a União. Exemplos disso são os inúmeros perfis de mídia indígena que vêm surgindo no Instagram e se autodenominam como *produtores de conteúdo digital* ou replicadores de conteúdos de conhecimento e ancestralidade étnico-tradicionais.

Essa rede social, segundo um estudo do Instituto Reuters, realizado em 2022, cresceu em 40% como plataforma em que consumidores(as) de informações mais buscam conteúdos (Newman, 2022). Em simultâneo, o Mapa da Imprensa Alternativa no Brasil revela que foi também nesta rede que aumentaram as manifestações de grupos de comunicação alternativo-independente, entre os quais a denominada *mídia índia* (Bitencourt, 2017). A mídia índia foi o meio encontrado, através da comunicação, para mostrar ao mundo a vida dos indígenas brasileiros de uma maneira diferente daquela negativa e preconceituosa veiculada pela mídia tradicional. (Bitencourt, 2017; Dutra, 2009; Amaral Filho, 2016; Costa, 2022).

Nesse sentido, consideramos o Instagram o lugar contemporâneo de representação digital indígena, pois consiste na rede social com maior popularidade e capilaridade da atualidade na web (Franco; Silva, 2020), utilizada também de forma alternativa por povos que querem/necessitam comunicar e circular informações no âmbito da sociedade civil interconectada (Lima Jr., 2011).

Segundo Franco e Silva (2020, s.p), “grupos étnicos demonstram a reapropriação de dois dispositivos digitais, em favor das comunidades. Os ambientes virtuais servem para espaço de voz, resistência e denúncias internacionais” (Franco; Silva, 2020, s.p). Os autores afirmam ainda que, cada vez mais, ameríndios e outros grupos de vida tradicional formam redes de informação, tendo já mapeado, desde 2013, cerca de 120 etnias brasileiras conectadas à Internet.

Sob a perspectiva da ecologia das mídias, linha de estudos que considera as mudanças nas formas contemporâneas de comunicar com o advento e popularização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), o “poder” da mídia tida como dominante “se desloca de mãos na medida em que o grupo que dominava um conhecimento tradicional é deposto pelo grupo

que tem acesso ao saber especializado disponibilizado pela tecnologia” (Strate, Braga; Levinsson, 2019, p. 22). Como duas faces de uma mesma moeda, de um lado, encontram-se os meios massivos tradicionais e, de outro, os meios conectados, e nesses últimos, um circuito alternativo de produção de conteúdo — jornalístico ou não — que coloca em contestação o discurso hegemônico por meio do midiativismo e/ou midialivrismo (Silveira, 2010; Castells, 2013).

Desse modo, as ações dos perfis de mídia indígena somadas à colaboratividade de usuários(as) e de coletivos ativistas/ambientalistas facilitaram a circulação de enquadres contra-hegemônicos sobre a tese do Marco Temporal, levando a um alcance muito mais amplo de informações alternativas e/ou descoloniais sobre o assunto e auxiliando na formação da opinião pública acerca do tema e na constituição de redes de resistência contra a implementação dessa política no Brasil. Um exemplo disso é o trabalho desempenhado pelos comunicadores atuantes no perfil @MidiaGuajajara no Instagram, objeto de análise desta pesquisa.

Criado em abril de 2022 por jovens da etnia Guajajara, residentes na Terra Indígena do Rio Pindaré, no oeste do Maranhão, o perfil @MidiaGuajajara é administrado por dez comunicadores de oito aldeias da região. Segundo Djelma Guajajara e Christiano Guajajara, coordenadores do coletivo Midia Guajajara, entrevistados via Google Meet, no dia 1º de julho de 2023, o perfil surgiu com o objetivo de desconstruir os pensamentos equivocados e ideias estereotipadas circulantes na esfera pública sobre os povos indígenas, principalmente a respeito do povo Guajajara.

Através da produção de vídeos, fotografias, peças gráficas e textos, os comunicadores indígenas utilizam a plataforma para reivindicar direitos e mostrar o modo de vida da etnia Guajajara. “Queremos que a nossa história seja contada por nós mesmos, sem nenhuma interferência”, afirma Christiano Guajajara Júnior, um dos organizadores do perfil, em entrevista concedida, sendo essa uma das técnicas disponibilizadas e recomendadas pelo método de netnografia (Kozinets, 2014) para este tipo de análise.

Conforme nosso levantamento, como (re)ação comunicativa em contestação ao Marco Temporal tendo o @MidiaGuajajara como grupo focal, os comunicadores Guajajara produziram uma série de conteúdos sobre o tema para o Instagram, tanto de forma independente, como em colaboração com outros perfis e coletivos que atuam em defesa da causa socioambiental na ambiência digital.

Neste caso, é válido destacar o potencial colaborativo das “redes de indignação e esperança” (Castells, 2013) que se formaram em torno da contestação ao Marco Temporal como nova forma de “desobedecer” (Mignolo, 2008) a lógica colonial que apesar do fim do colonialismo permanece vigente na perspectiva da “colonialidade do poder” (Quijano, 2007), em que os grupos dominantes sócio-político e economicamente continuam se sobrepondo aos ditos inferiores, subalternizados e/ou oprimidos (Mignolo, 2020; Amorim, 2021), lugar onde o capitalismo insere os povos originários.

2 A perspectiva da descolonialidade na comunicação indígena

Segundo Mignolo (2017), o termo “colonialidade” é um conceito que foi introduzido pelo sociólogo peruano Anibal Quijano, entre o final da década de 1980 e início dos anos 1990. Em linhas gerais, Quijano (2005) afirma que a colonização impôs uma série de configurações — culturais, históricas, sociais, experienciais — de dominação europeia para aqueles que vivem fora do continente europeu, no caso, povos originários de países do sul global. Associado a isso, surge a ideia de classificação social por raça, em que toda população colonizada é subordinada pelos colonizadores através do controle dos espaços que determinados sujeitos ocupam.

Mignolo (2017) reforça que ao inventar e nomear a lógica subjacente da fundação e do desdobramento da civilização ocidental, desde o Renascimento até hoje, a colonialidade também cria um apagamento epistêmico dos conhecimentos que já existiam nas terras colonizadas. O autor conceitua a colonialidade como o lado mais obscuro da modernidade. De acordo com ele, a tese básica — no universo específico do discurso — é a seguinte:

a “modernidade” é uma narrativa complexa, cujo ponto de origem foi a Europa, uma narrativa que constrói a civilização ocidental ao celebrar as suas conquistas enquanto esconde, ao mesmo tempo, o seu lado mais escuro, a “colonialidade”. A colonialidade em outras palavras, é constitutiva da modernidade — não há modernidade sem colonialidade (Mignolo, 2017, p. 2, grifo do autor).

Nesse sentido, o teórico argentino defende que a colonização da América Latina se constituiu em três etapas que ainda não foram superadas e que continuam a determinar a forma como as relações locais se desenvolvem. A primeira etapa está na base ibérica e católica, liderada

por Espanha e Portugal, a partir do ano de 1500 e que segue até 1750. A segunda fase é a do *coração da Europa*, liderada por Inglaterra, França e Alemanha, entre 1750 e 1945, seguindo até a Revolução Industrial. E a terceira é a chamada *fase norte-americana*, iniciada a partir de 1945.

Conforme explica a pesquisadora Letycia Nascimento (2021), ao analisar a obra de Mignolo (2017), essas bases coloniais formaram o desenvolvimento de nossos territórios e nos introduziram em uma economia comum e em hábitos que moldaram novos saberes, rotinas e culturas que construíram as experiências latinas.

Primeiro a dominação ibérica nos apresentou ao mundo como uma descoberta e um território a ser explorado sob a bandeira da fé cristã e da catequização, afastando-nos do sagrado milenar que nos formava. Posteriormente, escravizaram nossos corpos latinos e originários, assim como fizeram com os corpos negros, reduzidos a “africanos, corpos que perderam sua identidade, seus nomes e sua cultura da formação do “novo continente”. (Nascimento, 2021, p. 96). “[...] Por fim, a vez da colonização americana, que nos conduz a experiência cultural de estar na modernidade e desejar não só as possibilidades tecnológicas, mas ignorar o que nasce da cultura latino-americana e nome das experiências do norte”. (Nascimento, 2021, p. 96).

Com base nos estudos de Mignolo (2017), é válido afirmar ainda que o processo de descolonização é um esforço para superar a lógica da exploração colonial por trás da modernidade. Em outras palavras, o pensamento descolonial precisa se engajar na desobediência epistêmica, “se desvinculando da matriz colonial para possibilitar opções descoloniais — uma visão da vida e da sociedade que requer sujeitos descoloniais, conhecimentos descoloniais e instituições descoloniais” (Mignolo, 2017, p. 6).

Para o teórico argentino, descolonizar o pensamento consiste em rever a hegemonia e a estrutura da crença incondicional dos saberes produzidos pela Europa, que apagaram e silenciaram os saberes ancestrais dos povos colonizados (Costa, 2022). Exemplo disso, é a relação homem e natureza, construída historicamente pela colonialidade a partir de uma visão binária. E é através dessa lógica em que a natureza é tratada como mercadoria, que a exploração dos recursos naturais das colônias foi forjada.

Enquanto o discurso hegemônico e colonial trata a natureza como lucro e mercadoria, os povos originários se referem ao ecossistema como a extensão de sua existência, que sustenta a vida e a própria terra. No livro *A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami*, escrito pela

líder indígena Davi Kopenawa Yanomami e pelo antropólogo Bruce Albert (2015), o xamã apresenta a cosmologia de seu povo, advertindo que a ganância por mercadorias e metais preciosos da maioria dos não indígenas pode levar o planeta ao colapso.

Kopenawa afirma que já tinha visto a imagem do céu se quebrando e tinha ouvido suas queixas: “mais tarde, se não houver mais xamãs na floresta para me segurar, vou cair de novo na terra [...] dessa vez vou fazer viver em minhas costas gente diferente desses brancos comedores de terra” (Kopenawa; Albert, 2015, p. 497). No relato, podemos perceber que, para os Yanomami, quem evita a queda do céu são os xamãs, os quais, ensinados pelos xapiri, buscam equilibrar e cuidar do bem viver (Krenak, 2020) de todos; alerta este, que, certamente, nunca foi considerado pela lógica colonial.

Conforme o pensamento descolonial nas Américas (também denominado *liminar* por Mignolo, 2020; entre outras denominações), a descolonização geoeconômica vem descortinar um novo terreno epistemológico que visa também à descolonização intelectual. Nesse sentido, tal referencial teórico vem reconhecer que nem todo o Ocidente deixou de ser colônia de uma vez só e que a independência trouxe, para algumas nações, a perenidade da dependência ao sistema mundial (neo)colonial/moderno.

Quijano (2007) ressalta que por mais que se tenha extinguido o colonialismo enquanto modelo de dominação, permanece em desenvolvimento o que denomina de *colonialidade do poder*. Aplicando ao caso brasileiro, por exemplo, atestamos também que a independência do estado-nação não extinguiu o colonialismo na estrutura social do país. Por muito tempo, e até os dias atuais, o poder, nesse caso, e em outros países latino-americanos, apenas mudou de mãos, permanecendo alicerçado na relação de subjugação existente entre dominantes e dominados, o que muito bem se aplica ao posicionamento do Brasil enquanto nação em relação aos seus povos indígenas. No tópico a seguir, discutiremos como exemplo a vivência do povo Guajajara.

3 Desobediência epistêmica à tese do Marco Temporal por meio da circulação de conteúdo indexado com a tag #marcotemporal não no @MidiaGuajajara

A atuação indígena no Instagram quanto ao Marco Temporal se aproxima do que propomos a respeito da descolonialidade de pensamento, baseados em Quijano (2005; 2007) e Mignolo (2008; 2017; 2020), na medida em que, enquanto usuários de redes sociais, os próprios

grupos étnicos podem se contrapor ou trazer a público mais fatos — ou fatos antes não enquadrados pela mídia hegemônica — uma vez que esta atende aos interesses das classes dominantes e/ou do mercado (capitalismo).

Observamos, junto a Gramsci (2006, p. 103-104) que:

desenvolvimento político do conceito de hegemonia [...] implica e supõe necessariamente uma unidade intelectual e uma ética adequada a uma concepção do real que supera o senso comum e torna-se crítica, mesmo que dentro de limites ainda restritos” (Gramsci, 2006, p. 103-104).

E disso, compreendemos que, o Instagram, apesar de estar na lógica dominante do mercado de ferramentas tecnológicas e fluxos informativos da contemporaneidade, também pode ser utilizado como meio para fazer circular contradiscursos e/ou discursos de resistência às classes, mídias e sistemas/mentalidades dominantes e, portanto, hegemônicos.

Assim, destacamos o caráter ubíquo das redes sociais online. Acreditamos que, por mais que estimulem o consumo capitalista, têm ao lado dos seus objetivos mercadológicos, o potencial de viralizar discursos de oposição (Lemos, 2021), firmando-se, igualmente, como lugar de resistência e de disseminação descolonial ao padrão de hegemonia recorrente e presente nas narrativas midiáticas massivas nacionais sobre os povos originários (Beiguelman, 2021).

No diretório de pesquisa do próprio Instagram, observamos que a hashtag #marcotemporalnão, no momento de produção deste artigo, tem indexadas mais de 73 (setenta e três) mil publicações, sejam provenientes ou não de perfis indígenas. O uso da hashtag, na web, iniciou-se bem antes do recorte de tempo definido para a presente pesquisa, uma vez que as discussões sobre o Marco Temporal existem desde 2009 e tomaram força durante o governo de Jair Bolsonaro (PL), no período de 2019 a 2022, quando a questão voltará à esfera pública “com o julgamento do Recurso Extraordinário nº1.017.365, caso em que está em disputa o reconhecimento de uma área reclamada por indígenas do povo Xoclengues, na Reserva Biológica do Sassafrás, em Santa Catarina”.

À medida que os próprios povos assumem o lugar de enunciação de suas histórias, desafiando as narrativas cristalizadas pelas teorias eurocêntricas, emerge — em nossa perspectiva — um espaço coletivo de voz que possibilita a ressignificação da história e da memória originárias como formas de resistência anticolonial. Nesse contexto, como aponta

Mignolo (2008), a identidade se constitui na política, ao evidenciar dimensões coletivas que, quando mobilizadas por lideranças representativas, passam a reconhecer as existências e os direitos cidadãos de grupos historicamente marginalizados, rompendo com os limites impostos pelo status quo.

No momento em que etnias se reúnem digital ou fisicamente para reverberar a mensagem #marcotemporalnão, há aí uma reação à imposição de uma lógica imperial, a qual, por sua vez, vem, inclusive *educomunicar* (Gómez, 2014) a sociedade nacional sobre a necessidade de *aprender a desaprender*” (Mignolo, 2008) construtos raciais, religiosos, sexuais e de gênero tidos como superiores aos modos de viver indígenas e que, por isso, os tornam como *invasores* de seus próprios territórios, usurpados pelos colonizadores sob o argumento da hegemonia do mais forte e mais poderoso para a formação de uma economia capitalista, que prevê o uso da terra originalmente ocupadas por esses povos voltado ao *desenvolvimento* e ao *progresso*, no caso brasileiro, muito associados às práticas do extrativismo e do agronegócio.

Por meio do movimento de contraposição ao Marco Temporal, vemos que, atualmente, há uma “forte comunidade intelectual indígena que, entre muitos outros aspetos da vida e da política, tem algo como muito claro: seus direitos epistêmicos e não somente seus direitos a reivindicar econômica, politicamente e culturalmente seus direitos” (Mignolo, 2008, p. 314). E o autor complementa: “as coisas começaram a mudar quando os povos indígenas ao redor do mundo clamaram por sua própria cosmologia na organização do econômico e do social, da educação e da subjetividade” (Mignolo, 2008, p. 315).

A seguir, apresentamos nosso corpus de análise a partir da abordagem netnográfica, conforme proposta por Kozinets (2014). Trata-se de uma perspectiva teórico-metodológica que adapta elementos da etnografia — ciência dedicada ao registro descritivo das expressões materiais e imateriais de um determinado grupo — para investigar o comportamento humano em contextos sociais mediados pela internet. Optamos por essa técnica considerando que o Instagram está inserido na lógica do *capitalismo de vigilância* (Zuboff, 2021), sistema que não apenas mercantiliza dados e interações, mas também plataformiza (Van Dijck *et al.*, 2020) as formas de resistência que emergem na ambiência digital. Nesse sentido, compreendemos que práticas comunicativas insurgentes, como as analisadas neste estudo, são também atravessadas por disputas simbólicas e políticas (Beihuelman, 2021).

Embora a netnografia tenha sido originalmente concebida para a análise de interações sociais com fins mercadológicos (Kozinets, 2014), sua aplicação revela-se pertinente no contexto desta pesquisa, considerando que a produção de conteúdo no Instagram está fortemente vinculada a dinâmicas de comunicação e marketing digital. Tal característica não invalida sua utilidade para o caso em questão; ao contrário, reforça a relevância da abordagem, uma vez que o perfil @MidiaGuajajara, ao mobilizar a hashtag #marcotemporalnão, apropria-se de estratégias de plataforma para enunciar suas verdades epistêmico-cosmológicas sobre a demarcação de territórios indígenas. Trata-se, portanto, de uma prática comunicativa que tensiona os usos convencionais da mídia digital, convertendo-a em espaço de resistência e afirmação identitária.

4 Discursos descoloniais sobre #marcotemporalnão no perfil @MidiaGuahahara

Sobre a especificidade do conteúdo escolhido para observação e análise, a presente pesquisa contabilizou no perfil @MidiaGuajajara, no Instagram, 15 (quinze) conteúdos relacionados à campanha de contraposição à tese do Marco Temporal e com a utilização da hashtag #marcotemporalnão. A campanha, realizada entre os dias 24 de maio e 7 de junho de 2023, mobilizou a produção e circulação de vídeos, fotografias e peças gráficas ilustrativas com o objetivo de fortalecer o posicionamento do povo Guajajara contra a tese do Marco Temporal. Por meio dessas ações comunicativas, o coletivo reafirmou sua defesa das demarcações de terras indígenas, utilizando estratégias visuais e narrativas digitais para ampliar a visibilidade da causa e engajar diferentes públicos na luta por direitos originários.

Além da produção de conteúdo para as redes sociais, os comunicadores da @MidiaGuajajara também realizaram ações presenciais de mobilização na BR-316, no estado do Maranhão, articulando estratégias de visibilidade tanto no espaço físico quanto no digital. Essas manifestações geraram materiais para circulação online, ao mesmo tempo em que expressavam reivindicações públicas em defesa dos direitos territoriais indígenas. Em razão dessa articulação entre práticas digitais e presenciais, nossa pesquisa adota uma abordagem quanti-qualitativa, incorporando o método de entrevista estruturada com lideranças do coletivo de comunicação, conforme proposto por Kozinets (2014), no escopo da netnografia.

A primeira liderança entrevistada, em formato remoto, foi o comunicador indígena Christiano Viana Guajajara Júnior, um dos responsáveis pela organização do perfil da etnia Guajajara no Instagram. Segundo ele, a decisão de realizar a mobilização contra o Marco Temporal simultaneamente nas ruas e nas redes teve como propósito ampliar o alcance da causa indígena, engajando um número cada vez maior de pessoas. Ao articular presença física e atuação digital, o coletivo buscou potencializar sua mensagem, conectando diferentes públicos e territórios em torno da defesa dos direitos originários.

Durante a entrevista, o indígena afirma: “o ato que realizamos no trecho da BR-316 que corta a Terra Indígena Rio Pindaré foi uma forma de mobilizar quem acompanha as nossas redes sociais e, ao mesmo tempo, mobilizar quem mora nas aldeias do território”. E continua: “através dessa articulação, conseguimos a participação presencial de diversas lideranças do nosso povo, inclusive de anciãos, que estiveram reunidos durante os dias do protesto e reforçaram o coro contra a tese do Marco Temporal”, relata o organizador do perfil @MidiaGuajajara.

Cristiano Guajajara também destaca a importância da parceria com outros coletivos indígenas e entidades de apoio às causas socioambientais:

Essas parcerias ajudam a fortalecer a nossa voz e mostram que a luta indígena não é uma luta isolada das demais reivindicações por justiça socioambiental. A aprovação do Marco Temporal, por exemplo, não prejudica somente o povo Guajajara, ela prejudica todos os povos indígenas do país. E para além disso, ela prejudica as florestas, a conservação da biodiversidade, o clima e todo o planeta (Guajajara JR., 2023)².

Assim, partimos para a análise dos dados coletados com base na proposta de interpretação quanti-qualitativa do conteúdo produzido e posto em circulação pela mídia indígena selecionada em seu perfil no Instagram. Como marcas discursivas de recorrência, destacamos o que denominamos *elementos de descolonialidade*, ou seja, ocorrências textuais e representativas identificadas segundo estudos de discurso mediados por computador e redes sociais (Recuero, 2017; Recuero *et al.*, 2020), conforme o Quadro 1 que se segue:

² Vianna Guajajara Júnior, em 1º julho de 2023.

Quadro 1 - Conteúdo do perfil @MidiaGuajajara no Instagram em contraposição à tese do Marco Temporal

Formato do post	Assunto descrição	Presença de elementos descoloniais
Foto	A publicação repudiou a decisão da Câmara dos Deputados que alterou a Medida Provisória nº 1154/2023, que retirou do Ministérios dos Povos Indígenas (MPI) a competência da demarcação das terras indígenas. O post usou uma arte com a foto do Congresso Nacional em primeiro plano e no centro da imagem a palavra Retrocesso, escrita em caixa alta. A arte foi compartilhada juntamente com outras associações/entidades indígenas do Brasil. Disponível em: Link: https://www.instagram.com/p/CspbN79rz77/ .	Discurso contra-hegemônico; Luta contra a lógica da exploração colonial.
Vídeo	Depoimento de Djelma Guajajara, uma das lideranças do coletivo de comunicação “Mídia Guajajara”, na Esplanada dos Ministérios, feito diretamente de Brasília (DF), para alertar sobre a votação da Projeto de Lei nº 490/07, que transfere do Poder Executivo para o Legislativo a competência para realizar demarcações de terras indígenas. Disponível em: https://www.instagram.com/p/Cs3ppj5Mnvw/ .	Protagonismo feminino; Discurso contra-hegemônico; e Protagonismo das lideranças indígenas.
Foto	A publicação, feita em colaboração com a ONG Justiça nos Trilhos usou um carrossel (sequência de imagens) com 4 fotos de um ato realizado na BR-316, (Rodovia que corta a Terra Indígena Rio Pindaré), no oeste do Maranhão, ocupada pelo povo Guajajara das T.Is Rio Pindaré e Caru. A manifestação reivindicava a garantia dos direitos indígenas e denunciava a aprovação do Marco Temporal e do PL nº 490/2007. Disponível em: https://www.instagram.com/p/Cs316f8OQNv/?img_index=1 .	Discurso contra-hegemônico; Luta contra a lógica da exploração colonial.
Vídeo	Depoimento de Taynara Caragiu Guajajara, vice-coordenadora da Secretaria da União das Mulheres Indígenas da Amazônia da Brasileira, contra a proposta do Marco Temporal. Disponível em: https://www.instagram.com/p/Cs4OwIoMQ_o/ .	Protagonismo feminino; Discurso contra-hegemônico; Luta contra a lógica da exploração colonial; e Protagonismo das lideranças indígenas; Saberes da floresta.
Vídeo	Reprodução do discurso da deputada Federal Célia Xakriabá (PSOL-MG), no Congresso Nacional. Em depoimento na tribuna da Câmara dos Deputados, a parlamentar protestou contra o projeto Marco Temporal e o PL nº 490/2007. Disponível em: https://www.instagram.com/p/Cs58zD3vEH1/ .	Protagonismo feminino; Discurso contra-hegemônico; Luta contra a lógica da exploração colonial; e Protagonismo das lideranças indígenas.
Vídeo	Reprodução de um vídeo protagonizado pela deputada Federal Célia Xakriabá (PSOL-MG) e pela ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara. No audiovisual, as duas lideranças indígenas protestam contra a aprovação do PL nº 490/2007 e reafirmam a importância de lutar contra o Marco Temporal, que será votado pelo STF no dia 7 de junho de 2023. Disponível em: https://www.instagram.com/p/Cs59YOXNSUp/ .	Protagonismo feminino; Discurso contra-hegemônico; Luta contra a lógica da exploração colonial; e Protagonismo das lideranças indígenas.

Foto	A publicação repudiou a aprovação do PL nº 490/2007 na Câmara dos Deputados. O post usou uma arte com a foto de dois policiais em frente ao Congresso Nacional e a frase: 283 genocidas, escrita em caixa alta. A frase faz referência ao número de parlamentares que votaram a favor do PL. Disponível em: https://www.instagram.com/p/Cs6imVbr3lQ/ .	Discurso contra-hegemônico; Luta contra a lógica da exploração colonial.
Vídeo	O post fez um chamado para todos os indígenas Guajajara participarem do ato presencial na BR-316 contra o PL nº 2903/2023. O convite foi feito pela vice-coordenadora da Secretaria da União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira, Taynara Caragiu Guajajara. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CtHDGPzL-80/ .	Discurso contra-hegemônico; Luta contra a lógica da exploração colonial. protagonismo feminino;
Foto	A publicação reforça o convite para a participação no ato contra o PL nº 2903/2023, na BR-316, (rodovia que corta a Terra Indígena Rio Pindaré), no oeste do Maranhão. A arte mostra a foto de uma manifestação indígena em Brasília com a inserção da frase Manifestação Contra o Projeto de Lei 2903/2023 em vermelho, no centro da imagem. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CtHGurvr-el/ .	Discurso contra-hegemônico; Luta contra a lógica da exploração colonial.
Vídeo	Depoimento da liderança Antonizinho Guajajara, da aldeia Maçaranduba, Terra Indígena Caru, realizado durante o ato contra o PL nº 2903/2023, na BR-316. No vídeo, o líder indígena fala que o homem branco está destruindo e matando os povos tradicionais. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CtJs9fkJqa2/ .	Exaltação à ancestralidade; Saberes da floresta; Luta contra a lógica da exploração colonial.
Foto	Registro do ato contra o PL nº 2903/2023, na BR-316, Maranhão. A foto mostra indígenas segurando faixas de protesto contra o PL nº 2903/2023 e contra o Marco Temporal. Na imagem em primeiro plano aparece um cartaz com a frase Marco Temporal, genocídio legislado. Disponível em: Link: https://www.instagram.com/p/CtJvQXZrGqI/ .	Discurso contra-hegemônico; Luta contra a lógica da exploração colonial.
Vídeo	Depoimento de diversos indígenas do povo Guajajara e de outras etnias da região Norte, realizados durante o ato contra o PL nº 2903/2023, na BR-316. No vídeo, jovens indígenas repudiam a aprovação do Marco Temporal e do PL490. Disponível em: Link: https://www.instagram.com/p/CtKXiGnNzma/ .	Discurso contra-hegemônico; Luta contra a lógica da exploração colonial.
Foto	A publicação usou um carrossel (sequência de imagens) com 8 fotos da manifestação contra o PL nº 2903/2023, realizada na BR-316, (rodovia que corta a Terra Indígena Rio Pindaré), no oeste do Maranhão. Na legenda do post, os comunicadores da Mídia Guajajara escreveram: <i>O povo Guajajara soma luta com outros povos de vários estados do Brasil, com um só objetivo em defender a mãe terra, o território sagrado faz parte do nosso corpo e da nossa espiritualidade.</i> Disponível em: https://www.instagram.com/p/CtLA5Rfr5RM/?img_index=1 .	Discurso contra-hegemônico; Luta contra a lógica da exploração colonial.
Foto	O post usou um novo carrossel (sequência de imagens) com 2 fotos da manifestação contra o PL nº 2903/2023, realizada na BR-316, (rodovia que corta a Terra Indígena Rio Pindaré), no oeste do Maranhão. A publicação, feita no dia 7 de junho, data em que o Supremo Tribunal Federal (STF) retomou o julgamento do Marco Temporal, usou a legenda: Acontece hoje	Discurso contra-hegemônico; Luta contra a lógica da exploração colonial.

	a votação do PL nº 2903/2023, no STF, e nós continuamos aqui. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CtMIzmoLfna/?img_index=1 .	
Foto	Reprodução de uma foto com a manifestação do povo Awa Guajá, que habita o noroeste do estado do Maranhão e o sudeste do estado do Pará. Na legenda do post, os comunicadores da Mídia Guajajara escreveram: Os Awa Guajá, que vivem nas Terras Indígenas Awa, Alto Turiaçu, Caru e Arariboia, no Maranhão, seguem lutando pelos seus direitos, pelas florestas e por todos que vivem nela. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CtMa5s-rN-C/?img_index=1 .	Discurso contra-hegemônico; Luta contra a lógica da exploração colonial.

Fonte: Autoria própria.

Segundo Recuero, *et al.* (2020), na perspectiva da análise de discurso mediado por redes sociais, o efeito de repetição busca naturalizar o discurso. Desse modo, entendemos que, “essa naturalização está relacionada à percepção de certos argumentos do discurso como verdades e à marginalização de outros argumentos” (Recuero *et al.*, 2020, p. 134).

Por isso, ao evidenciarem a contraposição à tese do Marco Temporal, de modo geral, os conteúdos Guajajara apresentados, mediante os elementos de descolonialidade que destacamos — historicamente desacreditados e silenciados — excluem falas que estão adequadas às normas impostas pelo discurso da colonialidade, isto é, atrelado à lógica dominante e não aos interesses dos povos indígenas.

Entre os múltiplos elementos do pensamento descolonial identificados nos conteúdos produzidos pela Mídia Guajajara, destacam-se: a valorização da ancestralidade como fundamento identitário e político; a centralidade dos saberes da floresta, que articulam cosmologias próprias e práticas sustentáveis; a construção de discursos contra-hegemônicos que desafiam narrativas coloniais; a denúncia da lógica de exploração imposta pelo colonialismo histórico e contemporâneo; e o protagonismo das lideranças indígenas como agentes ativos na produção de sentidos e na reivindicação de direitos. Esses aspectos evidenciam uma comunicação insurgente que tensiona o espaço digital como território de disputa simbólica e afirmação epistêmica.

Esses elementos são confirmados em diversos dos posts que elencamos, mas optamos por destacar, por exemplo, o que expõe o depoimento do ancião Antonizinho Guajajara, da aldeia Maçaranduba, Terra Indígena Caru, quando fala que “o homem branco está destruindo e matando os povos tradicionais”, conforme disposto acima, no Quadro 1.

Outro elemento descolonial presente no discurso é o protagonismo feminino. Nos 15 (quinze) conteúdos analisados, diversas mulheres protagonizam depoimentos sobre a importância da luta e da mobilização para a garantia dos direitos indígenas. Um exemplo disso é o depoimento da vice-coordenadora da Secretaria da União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira, Taynara Caragiu Guajajara. No vídeo do post no Instagram tabelado, ela afirma:

Desde os nossos antepassados, os nossos territórios são sagrados. São territórios que nós criamos os nossos filhos, em que nós ensinamos a importância da floresta, a importância das águas para os nossos filhos. [...] Eu, enquanto mulher indígena, venho dizer a todos que o Marco Temporal significa hoje *[sic]* pra nós um etnocídio, um genocídio contra os povos indígenas, sobretudo contra nós, mulheres indígenas, que somos mulheres-águas, mulheres-terra, e que sempre estivemos na frente, defendendo nosso povo, defendendo a vida, defendendo a existência do nosso povo. Então, é muito importante que a população não indígena tenha consciência sobre o que é o Marco Temporal e o que isso afeta as populações Indígenas [...] e o quanto isso pode acabar com uma vida e o quanto o Marco Temporal, ele aprovado, ele pode exterminar de vez os povos Indígenas do Brasil (Caragiu Guajajara, 2023)³.

Dessa forma, as ações comunicativas da Mídia Guajajara em relação à tese do Marco Temporal articulam-se com os fundamentos do pensamento descolonial, configurando-se como estratégias de enfrentamento à ordem social vigente e suas imposições históricas. A partir da opção descolonial e do conceito de “identidade em política” proposto por Mignolo (2008, p. 89), compreende-se que essas práticas comunicativas buscam evidenciar dimensões coletivas das existências subalternizadas, reconhecendo que as políticas públicas e institucionais operam de maneira diferenciada — e muitas vezes excludente — entre brancos e negros, mulheres e homens, heterossexuais e homossexuais, ricos e pobres, e, como acrescentamos, entre indígenas e não indígenas. Nesse sentido, a atuação da Mídia Guajajara não apenas denuncia as assimetrias estruturais, como também afirma epistemologias próprias, insurgentes e plurais, que tensionam o monopólio da narrativa dominante.

Além disso, identificamos que os processos de colonização e subjugação dos povos indígenas estão profundamente enraizados na história das Américas, tendo sido naturalizados pela mentalidade dominante como condição de subalternidade. Essa lógica colonial, perpetuada

³ Caragiu Guajajara, @MidiaGuajajara, vídeo, em 5 de junho de 2023.

por instituições e meios de comunicação hegemônicos, contribuiu para a marginalização sistemática das epistemologias e cosmologias indígenas. Nesse contexto, o pensamento descolonial — especialmente aquele protagonizado e comunicado pelos próprios povos originários — emerge como ferramenta crítica e política, conferindo visibilidade a perspectivas que desafiam as narrativas convencionais. Tal abordagem permite evidenciar interpretações alternativas sobre as políticas públicas (ou a ausência delas), sobretudo aquelas que invisibilizam ou negam direitos originários, como o direito ao território, central na contestação à tese do Marco Temporal.

Considerações finais

A partir da análise realizada, é possível inferir que os povos indígenas no Brasil enfrentam há mais de cinco séculos ameaças constantes, mas também constroem, de forma persistente, múltiplas estratégias de resistência frente ao capitalismo, ao colonialismo e às diversas formas de opressão. No cenário contemporâneo, essa resistência se estende para os territórios digitais, onde práticas comunicativas tornam-se instrumentos de afirmação política e cultural.

Nesse contexto, o perfil @MidiaGuajajara se configura como um relevante vetor de atuação comunicativa descolonial no Instagram. Ao mobilizar narrativas, imagens e hashtags como #marcotemporalnão, o coletivo contribui para a ampliação do pensamento indígena e de suas cosmologias, alcançando não apenas os povos originários, mas também a sociedade civil interconectada. Por meio da lógica algorítmica das plataformas, seus conteúdos engajam, viralizam e provocam deslocamentos discursivos, sensibilizando públicos diversos para as lutas indígenas e seus direitos historicamente negados.

A questão indígena, especialmente no que se refere à tese do Marco Temporal, não diz respeito apenas aos povos que ainda lutam pela regularização de seus territórios perante o Estado brasileiro, mas também à sociedade nacional e internacional. Isso se deve ao papel fundamental que os povos indígenas — sobretudo os aldeados na Amazônia — desempenham na preservação ambiental e na sustentação da vida planetária, conforme expressa a cosmovisão Yanomami, segundo a qual são eles os responsáveis por “sustentar o céu” (Kopenawa & Albert, 2015).

Nesse sentido, a análise empreendida sobre os conteúdos indexados no Instagram revela a presença de elementos do pensamento descolonial nas postagens do perfil @MidiaGuajajara. A ação digital realizada contra o Marco Temporal não apenas expressa o posicionamento do povo Guajajara, mas também representa a voz de outras etnias em defesa da demarcação das Terras Indígenas. Ao compartilhar opiniões de diferentes comunidades e organizações — compostas majoritariamente por grupos historicamente subalternizados, como anciãos, mulheres e indígenas — o coletivo evidencia uma articulação política plural e interétnica.

Dialogando com o arcabouço teórico adotado, especialmente com Mignolo (2008, p. 323), compreendemos que “a opção descolonial demanda ser epistemicamente desobediente”. A Mídia Guajajara encarna essa desobediência ao se posicionar como mídia alternativa, atuando não apenas na contestação do status quo, mas também na proposição de novos enquadramentos para temas em disputa na esfera pública. Ao tensionar as formas canônicas de comunicação — que idealizam a imparcialidade como valor central (Traquina, 2004) — o coletivo se afirma como uma voz contra-hegemônica, comprometida com a visibilidade e a dignidade dos povos originários.

A partir da comunicação empreendida pela Mídia Guajajara, observamos que sua atuação no Instagram, no contexto da mobilização contra o Marco Temporal, configura-se como uma estratégia de ruptura com a matriz histórica de opressão e silenciamento imposta aos povos indígenas e tradicionais desde o processo de colonização. A plataforma, apesar de inserida nas dinâmicas do colonialismo de dados (Cassino et al., 2021) e do capitalismo de vigilância (Zuboff, 2020), oferece, por suas características de interação, viralização e mobilização, um espaço fértil para a circulação de narrativas contra-hegemônicas e a afirmação de epistemologias indígenas.

Nesse sentido, compreendemos que o Marco Temporal representa não apenas uma ameaça jurídica aos direitos territoriais dos povos originários, mas também uma afronta existencial, como alerta Krenak (2020) ao afirmar que estamos diante da urgência de “não adiar o fim do mundo”. Os povos indígenas, especialmente os que habitam a Amazônia, são historicamente responsáveis pela preservação de vastas áreas de floresta, resistindo à lógica destrutiva do progresso predatório, representado por práticas como o agronegócio, a mineração e a exploração madeireira.

Concluimos, portanto, que a ação comunicativa com elementos de descolonialidade realizada pelo perfil @MidiaGuajajara foi essencial, no período delimitado para a coleta de dados, para colocar em circulação conteúdos que contestam o colonialismo e a colonialidade do poder. Essa atuação se dá mesmo diante da indiferença da elite parlamentar em frear o desmonte ambiental e a violência institucional que o Marco Temporal pode representar para os povos indígenas, suas culturas e a sociobiodiversidade amazônica. Por isso, a hashtag #marcotemporalnão ressoa como um grito de resistência — nas redes e fora delas — convocando a sociedade a reconhecer e defender os direitos originários como parte fundamental da luta por justiça socioambiental.

Referências

AMARAL FILHO, O. *Marca Amazônia: o marketing da floresta*. Curitiba: CRV, 2016.

AMORIM, Célia R. T. Chagas. Paulo Freire e o direito à palavra dos/as oprimidos/as nas lutas anticapitalista, antirracista e anti-heteropatriarcal. In: *Anais*. 30º Encontro Anual da COMPÓS, 2021, São Paulo. Anais eletrônicos [...] Campinas, Galoá, 2021.

ASSOCIAÇÃO dos Povos Indígenas do Brasil (Apib). *Não ao marco temporal!* [Site]. Disponível em: <https://apiboficial.org/marco-temporal>. Acesso em: 30 jun. 2023.

BEIGUELMAN, G. *Políticas da imagem: vigilância e resistência na dadosfera*. São Paulo: Ubu Editora, 2021.

BITENCOURT, Mariana. *Mídia Índia: o futuro da comunicação* [15 out. 2017]. Mídia Ninja [Site]. Disponível em: <https://midianinja.org/news/midia-india-o-futuro-e-atraves-da-comunicacao>. Acesso em: 30 jun. 2023.

BRASIL. *Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023*. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/Mpv/mpv1154.htm. Acesso em: 30 jun. 2023.

BRASIL. *Projeto de Lei nº 490, em 30 de maio de 2023*. Estabelece que apenas os territórios ocupados por povos indígenas na data da promulgação da Constituição Federal — 5 de outubro de 1988 — podem ser reconhecidos e demarcados como terras indígenas, o que representa uma ameaça direta aos direitos originários garantidos pela Constituição. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=345311>. Acesso em: 30 jun. 2023.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASSINO, João Francisco *et al.* *Colonialismo de dados: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal*. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

CASTRO, E.; GUERREIRO NETO, G. Levante e decolonização na Amazônia. In: LAGE, Leandro R. (org.). (2021). *Imagens da resistência: dimensões estéticas e políticas*. Salvador: EDUFBA.

CONGRESSO Derruba Diversos Vetos Presidenciais, [15 dez. 2023]. *Agência Câmara de Notícias* [Site]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1026551-congresso-derruba-diversos-vetos-presidenciais-nesta-quinta-feira>. Acesso em: 25 mar. 2024.

COSTA, Vânia M. Torres. *À sombra da floresta: a Amazônia no discurso de televisão*. 1 ed. Belém: Paka-Tatu, 2022.

DUTRA, M. S. *A natureza da mídia: os discursos da TV sobre a Amazônia, a biodiversidade, os povos da floresta*. São Paulo: Annablume, 2009.

FRANCO, T. C.; SILVA, M. Cosmofagia e net-ativismo indígena brasileiro, durante a pandemia da Covid-19. [2020]. *Chasqui Revista Latinoamericana de Comunicación*. n. 145, 2020. Disponível em: <https://revistachasqui.org/index.php/chasqui/article/view/4346/3383>. Acesso em: 13 nov. 2021.

GÓMEZ, G. O. *Educomunicação: recepção midiática, aprendizagens e cidadania*. Tradução de Paulo F. Valério. São Paulo: Paulinas, 2014.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

GUAJAJARA, Antoniozinho. *Instagram @MídiagGuajajara* [vídeo], em 6 de junho de 2023. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CtIs9fkJqa2>. Acesso em: 30 jun. 2023.

GUAJAJARA Jr., Cristiano Viana. *Entrevista*. Google Meet. 1º jul. 2023.

GUAJAJARA, Taynara Caragiu. *Instagram @MídiagGuajajara* [vídeo], em 5 de junho de 2023. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CtHDGPzL-80>. Acesso em: 30 jun. 2023.

INSTAGRAM. *Rede social*. Disponível em: <https://about.instagram.com/pt-br>. Acesso em: jun. 2023.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KOZINETTS, Robert V. *Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online*. Tradução de Daniel Bueno. Porto Alegre: Penso, 2014.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, Ailton. *Caminhos para a cultura do bem viver*. São Paulo, Cultura do Bem Viver, 2020.

LEMONS, André. *A tecnologia é um vírus: pandemia e cultura digital*. Porto Alegre: Sulina, 2021.

LIMA Jr., W.T. Neofluxo: jornalismo, base de dados e a construção da esfera pública interconectada. *Revista Galáxia*. São Paulo, n. 21, p. 137-149, jun. 2011.

MÍDIA Ninja [Canal Mídia Ninja]. *Acampamento Terra Livre 2020 - Ocupando as Telas*. [2020]. Youtube. Disponível em: <https://youtu.be/tlXv179ufZU>. Acesso em: 30 jun. 2023.

MIGNOLO, Walter. *Histórias locais / projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020.

MIGNOLO, Walter. *Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade*. ev. bras. Ci. Soc. [online]. 2017, v. 32, n. 94, e329402. Epub, jun. 22, 2017. ISSN 1806-9053.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade*. n. 34, p. 287-324, 2008.

NASCIMENTO, Letycia. *Etnocomunicação indígena como prática de liberdade decolonialista e ancestral*. Curitiba: Appris Editora, 2021.

NEWMAN, N. *Overview and key findings of the 2022 Digital News Report*. [15 jun. 2022]. Disponível em: <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/digital-news-report/2022/dnr-executive-summary>. Acesso em: 24 out. 2022.

O MAPA do Jornalismo Independente. *O mapa do jornalismo independente: um projeto da Agência Pública*. Site. Disponível em: <https://apublica.org/mapa-do-jornalismo>. Acesso em: 28 fev. 2023.

PROGRAMA das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Pnuma. *Direitos Ambientais para Jornalistas: Guia de Boas Práticas* [2021]. Disponível em: <https://www.unep.org/pt-br/resources/publicacoes/direitos-ambientais-para-jornalistas-guia-de-boas-praticas>. Acesso em: 30 jun. 2023.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder y clasificación social. In: S. Castro-Gómez; R. Grosfoguel (orgs.). *El giro Decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana/ Siglo del Hombre, 2007, pp. 93-126.

QUIJANO, A. *Estado-nación y movimientos indígenas en la región Andina: cuestiones abiertas*. In: Observatorio Social de America Latina (Osai), a 6, n. 19. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), Buenos Aires, 2005.

RECUERO, Raquel. *Introdução à análise de redes sociais*. Salvador: EDUFBA, 2017.

RECUERO, R.; BASTOS, M.; ZAGO, G. Aplicações de ARS para Mídia Social. *Análise de Redes para Mídia Social*. Porto Alegre: Sulina (Coleção Cibercultura), 2020.

SILVEIRA, S. A. Ciberativismo, cultura hacker e o individualismo colaborativo. *Revista USP*, n. 86, 2010, pp. 28-39. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i86p28-39>. Acesso em 15. jul. 2022.

STRATE, L.; BRAGA, A.; LEVINSSON, P. *Introdução à ecologia das Mídias*. São Paulo: Edições Loyola. São Paulo, 2019.

TRAQUINA, N. *Teorias do jornalismo*. Porque as notícias são como são. V. 1. Florianópolis: Insular, 2004.

VAN DIJCK, J.; POELL, T.; NIEBORG, D. Plataformização. *Fronteiras - Estudos Midiáticos*. V. 22, n. 1 – jan./abr., 2020.

WIKIPEDIA. Marco temporal das terras indígenas. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Marco_temporal_das_terras_ind%C3%ADgenas. Acesso em: 30 jun. 2023.

ZUBOFF, Shoshana. A era do capitalismo de vigilância. Marcel Ayres. [S. l.], 6 jun. 2021.

ADISON CESAR SOUSA DOS SANTOS - Universidade Federal do Pará – UFPA

Doutorando em Ciências da Comunicação, Cultura e Amazônia, Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestre em Ciências da Comunicação, UFPA. Graduado em Jornalismo, Faculdade de Estudos Avançados do Pará (Feapa).

E-mail: adisoncf@gmail.com

CÉLIA REGINA TRINDADE CHAGAS AMORIM - Universidade Federal do Pará – UFPA

Doutora em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Mestra em Comunicação e Semiótica, PUC-SP. Graduada em Jornalismo, UFPA. Professora da Faculdade de Comunicação Social, UFPA. Coordenadora do projeto Cidadania Comunicativa: Luta por direitos nas periferias da Amazônia e do Grupo Cidadania Comunicativa e Educação: Lutas por direitos na Amazônia.

E-mail: celiamorim@ufpa.br

JÉSSICA DE SOUZA CARNEIRO - Universidade Federal do Pará – UFPA

Doutoranda em Comunicação, Cultura e Amazônia, Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestra em Estudos Literários, UFPA. Especialista em Língua Portuguesa: uma abordagem textual, UFPA. Graduada em Jornalismo, UFPA.

E-mail: jessica.souza.jor@gmail.com

VÂNIA MARIA TORRES COSTA - Universidade Federal do Pará – UFPA

Doutora em Comunicação, Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestra em Planejamento do Desenvolvimento, Universidade Federal do Pará (UFPA). Graduada em Jornalismo (UFPA). Professora na Faculdade de Comunicação, UFPA.

E-mail: vaniatorres@ufpa.br

WALTER TEIXEIRA LIMA JÚNIOR - Universidade Federal do Pará – UFPA

Pós-Doutor, Universidade de Aveiro, Portugal. Doutor em Jornalismo Digital, Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Comunicação, na Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Graduado em Jornalismo, Universidade Católica de Santos (UniSantos). Professor nas Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e Universidade Federal do Pará (UFPA).

E-mail: walter.lima@unifesp.br